

TIAGO CAIADO GUERREIRO

Advogado fiscalista



## O ano em balanço

Ao contrário de uma corrente pessimista que rasa muita gente deste país, houve avanços positivos na fiscalidade e economia.

Com o início do Ano é altura de fazer um balanço do ano passado, mas também dos desafios e oportunidades que o Novo Ano nos oferece. Ao contrário de uma corrente pessimista e Pirronista que rasa muita gente deste país, houve avanços positivos na fiscalidade e economia, dos quais realçamos cinco, sem deixar de chamar à atenção para cinco desafios para este ano.

Do lado positivo, verificamos uma maior coordenação e eficácia na luta contra a fraude fiscal, que se deve essencialmente ao exce-

lente gestor e motivador que é o Director Geral dos Impostos, apoiado por um pragmático e competente Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais.

Este sucesso deve-se, também, à melhor qualidade de trabalho, organização e esforço da Administração Tributária. No entanto, e do lado negativo, estão a ser cometidas arbitrariedades massivas contra os contribuintes, com atropelos chocantes dos seus direitos fundamentais. Salienta-se ainda, o enorme ataque às garantias dos contribuintes com a alteração do regime fiscal da prescrição e da prestação de garantias.

Em terceiro lugar, considera-se, também, positiva a criação de 'tax forces' a actuar em áreas específicas como a fraude em carrossel, que lesa o Estado em muitos milhões e que está a tornar-se endémica na União Europeia.

Em quarto lugar e sendo de particular importância, está o "simplex", ou seja, a simplificação administrativa com a empresa na hora, casa na hora, entre outras. Estas medidas são verdadeiras formas de desburocratização estrutural e simplificação da vida dos contribuintes e das empresas. Por último e de fundamental importância é o início da reforma da Administração Pública, embora por enquanto, praticamente limitada ao sector da educação.

O ano de 2006, não foi, por isso, perdido. Mas existem ainda muitos desafios e objectivos por atingir dos quais propomos como mais urgentes os seguintes:

Um, o 'compliance' fiscal é extraordinariamente caro e complexo em Portugal, pelo que é necessário continuar o processo de simplificação administrativa. Este processo deve ser alargado às áreas de licenciamento que são caóticas e contraditórias, impedindo o investimento internacional e interno, em Portugal. Dois, criação de um sistema fiscal simples com baixas taxas de im-

Portugal não mudou com ele, estando a perder cada vez mais competitividade.

Em terceiro lugar, é necessário reestruturar e reformar a Administração Pública nomeadamente, responsabilizando os funcionários pelos processos que lhes são entregues. Nos países nórdicos cada funcionário é responsável do início ao fim por um determinado número de processos e é avaliado pela forma como os executou. Só assim se pode criar sentido de responsabilidade e ao mesmo tempo premiar e estimular os melhores e mais trabalhadores.

Em quarto lugar é ainda de destacar a necessidade de combater de uma vez por todas as situações menos claras de conflito de interesses no âmbito da Administração Pública, em que, por exemplo, marido e mulher trabalham "lado a lado", um na repartição de finanças e outro no "gabinete de contabilidade", "consultoria", etc concertando assim esforços na resolução dos problemas do contribuinte... A fiscalização e repressão desta situação é inadiável e essencial para a consolidação da

*O combate à corrupção tem de vir para a ordem do dia e ser uma prioridade. O sucesso do "Simplex" e da luta contra a fraude demonstram que é possível a mudança.*

*É necessário combater, de uma vez, por todas as situações menos claras de conflito de interesses no âmbito da Administração Pública.*

transparência e motivação da nossa Administração Tributária e do sentido de justiça que assiste como direito a cada um dos contribuintes.

Por último, o combate à corrupção tem de vir para a ordem do dia e ser uma prioridade. Daniel Kaufmann considera que a diminuição da corrupção em Portugal poderia colocar o nosso país ao nível da Finlândia em termos de desenvolvimento. Não podia concordar mais com esta afirmação. Os enormes sucessos do "simplex", da luta contra a fraude e evasão fiscal, demonstram que é possível a mudança em Portugal. O Governo tem maioria absoluta e um Presidente com sentido de estado e um povo ávido de mudança. Se falhar, a responsabilidade será exclusivamente sua. ■

COLUNA VERTEBRAL



JOÃO PAULO GUERRA

## Exterior

Vai tomando forma um Partido Socialista do Exterior, para onde o PS vai remetendo, por prémio ou por castigo, alguns destacados militantes. O fundador é Ferro Rodrigues, secretário-geral do partido após o célebre e histórico episódio da fuga dos cágados para o Egipto. Ferro, fundido na luta, mostrou que era de antes quebrar que torcer, aguentou duas eleições, na segunda das quais impôs a célebre

"banhada" à direita que esteve na origem de outra fuga. Talvez por ter aguentado tanto, com tão poucas ajudas e com um rol infundável de desajudas e ainda algumas "cabalas", Ferro Rodrigues foi generosamente enviado para o cargo de embaixador na OCDE, onde será muito útil à Pátria mas, sobretudo, muito menos incómodo para a direcção do PS.

Na direcção de Ferro, com o pelouro das relações internacionais, destacou-se Ana Gomes que trocara a carreira diplomática por um posto de combate na política partidária. E tão depressa e tanto se desatacou que ganhou rapidamente um lugar de deputada ao Parlamento Europeu, onde fica sempre bem uma flor de lapela. Mais discretamente, Paulo Pedroso, uma vez ilibado do processo da Casa Pia, foi assessorar o processo de integração europeia da Roménia.

Agora anuncia-se a partida de João Cravinho. Durante meses, o PS andou a dar uma no cravo e outra no Cravinho, a propósito do "pacote" anti-corrupção. Finalmente os socialistas decidiram-se por uma parte do "pacote" mas o seu autor estará entretanto a caminho de Londres, de onde lhe será difícil seguir a fidelidade com que o espírito dos seus projectos de lei vai ser votado e posto em prática.

E não há mais esquerda, no PS? Claro que sim. Há também a esquerda que vai para fora, cá dentro. ■

RITA MARQUES GUEDES

Advogada



## Queremos mais

**Se o Presidente da República quera dar um sinal de exigência ao Governo, deveria ter sido mais concreto.**

Ainda a mensagem de ano novo produzida pelo Presidente da República. Não deslumbrou. Nem motivou. Foi um exercício de mais do mesmo. Verifiquemos o plano substantivo, o plano político e o plano formal.

**De substância.** Em termos substantivos foram eleitas três prioridades: educação, economia e justiça. Mas não vimos que sobre cada uma delas tivesse sido produzida justificação além dos diagnósticos estafados em que habitualmente as vimos referidas.

**Tratou-se de reproduzir a legenda** comum sem se cuidar de ir um pouco mais fundo.

Porquê estas áreas e não outras? Porquê eleger estas prioridades ao invés, por exemplo, da reforma das funções do Estado, do sistema de Saúde ou do ensino superior?

A questão é que a fraca justificação produzida não foi susceptível de fundamentar com suficiência a opção por cada prioridade apresentada. Dir-se-á que ao Presidente da República mais não compete do que desenvolver um tipo de exercício orientado para o implícito e não tanto para o explícito.

Deixemo-nos de mistificações e de desculpas confortáveis. Sendo certo que não se pede ao Presidente que actue na base da pauta de competência que cabem ao primeiro-ministro, é também certo que tal facto não constitui uma limitação das funções do mais alto magistrado da Nação.

Bem pelo contrário! Confere-lhe a disponibilidade "intelectual" e funcional para actuar num plano absolutamente essencial à construção do progresso de uma nação e que tem que ver com a reunião de elementos, quais sejam: desígnios, desafios, factores de união e de motivação de um povo. E nem se diga que se tratam de abstrações.

Não. São instrumentos de realização tão relevantes quanto o são as medidas legislativas, os indicadores numéricos ou as métricas percentuais sobre determinado sector de actuação. A mensagem de Ano Novo produzida pelo Presidente da República não correspondeu àquilo que dele se espera. Ou será que já só é isto que dele se espera?

Cavaco Silva foi eleito na base de um considerável capital de expectativa. É nesse capital que deve ir buscar a determinação para ultrapassar o "by de book" que gradualmente tem feito cair os graus de exigência do País para consigo próprio. É sempre muito mais limitada a pequena gestão diária do espaço

ras sistémicas que a uns ainda podem convir, mas que a muitos manifestamente prejudicam.

**De política.** O Presidente pediu resultados sobre as áreas eleitas. Que resultados? "X" numero de decretos-lei produzidos em matéria de educação, "Y" medidas tomadas em sede de apoio ao investimento estrangeiros, "N" processos despachados num ano pelos tribunais judiciais?

A reforma efectiva de cada uma destas áreas leva anos a produzir resultados. Não por acaso tantas vezes se fala em prazos de gerações... Pois que o Governo tem um ano para apresentar resultados, mesmo que a composição dos mesmos não tenha sido esclarecida.

Se o Presidente da República quera dar um sinal de exigência ao Governo, deveria ter sido mais concreto. Este pedido difuso de resultados, porque não explicitada a sua natureza, leva a uma avaliação também difusa dos resultados apresentados. Onde, esta é precisamente a latitude que permitirá ao Governo agir. Possibilitando-se ele próprio caracterizar como resultado as realizações que entender em

*A mensagem de Ano Novo produzida pelo Presidente da República não correspondeu àquilo que dele se espera. Ou será que já só é isto que dele se espera?*

*Dir-se-á que ao PR mais não compete do que desenvolver um tipo de exercício orientado para o implícito e não tanto para o explícito.*

cada uma das áreas em causa.

Trata-se também aqui de um exemplo de cooperação estratégica. De inequívoco benefício institucional: o Presidente dá o molde, o Governo preenche o conteúdo.

**De forma.** Sim, a estruturação da mensagem estava organizada. Partia da situação do País para os desafios decorrentes da conjuntura internacional, concretizando a necessidade de acção nas tais três áreas eleitas. Já se disse, muito pouco para a enormidade dos obstáculos que temos pela frente.

Tudo a cheirar a velho, a rebatido, repisado e redito. Em linha com o cenário apresentado. Cheio de coisas e coisinhas todas elas com um ar 'dejá vu', numa decoração ultrapassada.